

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do semestre findo em 30 de junho de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Desempenho:** No semestre o Banco apresentou um lucro de R\$ 183.055 mil, correspondente a R\$ 32.336,16 por ação, sendo que no segundo semestre de 2017 apresentou lucro de R\$ 97.626 mil. Em 30 de junho de 2018 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 789.864,51 com aumento de 4,20% em relação ao semestre anterior.

**Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do

Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,27%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.670.889 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 2.637.702 mil.

**Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço:

<http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/sg/finance>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site acima.

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de agosto de 2018.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>		39.343.430	31.224.144
Disponibilidades		56.540	268.494
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	6	17.538.584	16.080.023
Aplicações no mercado aberto		16.230.026	15.026.563
Aplicações em depósitos interfinanceiros		112.493	123.265
Aplicações em moeda estrangeira		1.196.065	930.195
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	7 e 8	12.876.977	9.574.415
Carteira própria		6.541.931	3.421.019
Vinculados a compromissos de recompra		1.510.016	1.122.714
Vinculados à prestação de garantias		2.668.213	3.517.550
Instrumentos financeiros derivativos		2.156.817	1.513.132
<b>Relações interfinanceiras e interdependências</b>		106.014	12.268
Depósitos no Banco Central		105.176	12.249
Outros		838	19
<b>Operações de crédito</b>	9	507.668	562.032
Emprestimo de ações		36.091	119.437
Setor privado		472.822	443.509
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.245)	(914)
<b>Outros créditos</b>		8.254.165	4.722.428
Carteira de câmbio		7.536.363	4.184.293
Rendas a receber		32.073	14.252
Negociação e intermediação de valores		371.536	176.250
Diversos		315.135	350.268
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		9	(942)
<b>Outros valores e bens</b>		3.482	4.484
Despesas antecipadas		3.482	4.484
<b>Realizável a longo prazo</b>		3.533.481	2.378.003
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	7 e 8	2.086.739	1.051.561
Vinculados à prestação de garantias		-	161.062
Instrumentos financeiros derivativos		2.086.739	890.499
<b>Operações de crédito</b>	9	677.375	267.018
Setor privado		679.866	268.414
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.491)	(1.396)
<b>Outros créditos</b>		769.367	1.059.424
Diversos		779.132	1.067.605
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		9	(9.765)
<b>Permanente</b>		1.224.213	1.256.724
<b>Investimentos</b>		1.084.065	1.114.061
Participações em controladas no país		1.081.893	1.111.889
Outros investimentos		2.172	2.172
<b>Imobilizado de uso</b>		134.421	136.936
Imóveis de uso		89.502	89.352
Outras imobilizações de uso		123.757	119.981
Depreciações acumuladas		(78.838)	(72.397)
<b>Intangível</b>		5.727	5.727
Outros ativos intangíveis		5.727	5.727
<b>Total do ativo</b>		44.101.124	34.858.871

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)			
	Reservas de capital	Reservas de lucros	
Capital social	para investimento	Outras reservas	Legal Estatutária
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	2.453.981	24.939	5.013 186.407 1.548.204
Atualização de reservas de capital	-	-	807 - -
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	- - -
Variação do ajuste ao valor de mercado	-	-	1.693 - -
Lucro líquido do semestre	-	-	- 158.716 -
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	2.453.981	24.939	5.820 186.407 1.548.204
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	2.453.981	24.939	12.685 199.224 1.602.479
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	- - -
Variação do ajuste ao valor de mercado	-	-	(2.686) - -
Lucro líquido do semestre	-	-	- 183.055 -
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	2.453.981	24.939	12.685 199.224 1.602.479
			- - -
			183.055 - (4.940) 4.471.423
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			44.101.124 34.858.871

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição"), localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a elas atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de Agosto de 2018.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

**3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destinada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, swaps, termos e outros derivativos: apurada com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). • Opções: modelo de precificação Black & Scholes e modelos internos, quando o modelo Black & Scholes não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreciação previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreciação adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. (c) **CVA (Credit Valuation Adjustment):** são realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo as variações monetárias auferidas, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nº 2.682 e 4.512 do CMN. (d) **Permanente** - É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para

o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). São realizados testes na linha de Outros ativos intangíveis, segundo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01). (e) **Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (f) **Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisão o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisões. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitem a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. (g) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se a créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa gerada no período, bem como aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente: (i) o crédito tributário do IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados e sobre a base de prejuízo fiscal gerada; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários e da base negativa gerada no período. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para valores com

# J.P.Morgan

# Banco J.P. Morgan S.A.

C.N.P.J. nº 33.172.537/0001-98

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

#### (a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2018	Valor de mercado em 2017
<b>Títulos para negociação</b>	<b>10.712.631</b>	<b>7.529</b>	<b>10.720.160</b>	<b>8.061.283</b>
Carteira própria	6.539.943	1.988	6.541.931	3.421.019
LFT	30.865	(51)	30.814	287.333
LTN	3.798.166	(696)	3.797.470	231.835
NTN-B	69.495	245	69.740	407.013
NTN-C	331	185	516	134
NTN-F	378.068	2.103	380.171	365.630
Notas promissórias	-	-	137.539	-
Cotas de fundos de investimentos	2.198.729	-	2.198.729	1.984.223
Ações	64.289	202	64.491	7.312
Vinculados à prestação de garantias	2.663.007	5.206	2.668.213	3.517.550
LFT	607.058	(5)	607.053	1.592.602
LTN	97.776	436	98.212	1.763.252
NTN-B	-	-	-	4.138
NTN-C	2.816	349	3.165	3.368
NTN-F	1.924.785	4.426	1.929.211	154.190
Cotas de fundos de investimentos	30.572	-	30.572	-
Vinculados a compromissos de recompra	1.509.681	335	1.510.016	1.122.714
LFT	60.099	(6)	60.093	1.084.689
LTN	730.199	8	730.207	-
NTN-B	170.972	178	171.150	38.025
NTN-F	548.411	155	548.566	-
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>161.062</b>
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	161.062
LTN	-	-	-	161.062
<b>Total da carteira de TVM</b>	<b>10.712.631</b>	<b>7.529</b>	<b>10.720.160</b>	<b>8.222.345</b>

(b) **Cotas de fundos de investimentos** - As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo)
	2018
	2.195.677
	1.981.102
	2.162.014
	1.265.000
	169.240
	758.434
	189.988
	104.674
	610.128
	1.317.164
	(701.262)
	(690.018)
	70.386
	26.614
	(9.835)
	7.333
	164
	1.083
	5.748
	(9.851)
	338
	(43.538)
	(39.353)
	(75.945)
	(6.519)
	(11.380)
	(46.048)
	(51.697)
	(18.517)
	1.121
	(27.615)
	17.486
	(27.615)
	17.486
	3
	74
	33.624
	3.121
	2.229.301
	1.984.223
	2.229.301

#### (c) Composição por prazos de vencimento dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	2.263.220	3.779.324	172.930	4.544	321.913	6.541.931
Vinculados à prestação de garantias	30.572	-	711.424	1.223.688	702.529	2.668.213
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	833.012	548.566	128.438	1.510.016
<b>Total da carteira – 2018</b>	<b>2.293.792</b>	<b>3.779.324</b>	<b>1.717.366</b>	<b>1.776.998</b>	<b>1.152.880</b>	<b>10.720.160</b>
<b>Total da carteira – 2017</b>	<b>1.991.535</b>	<b>1.550.822</b>	<b>2.254.408</b>	<b>1.190.250</b>	<b>1.235.330</b>	<b>8.222.345</b>

8. **Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

#### (a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
<b>Operações de swap</b>	<b>688.114</b>	<b>2.282.906</b>	<b>32.533.106</b>	<b>35.343.328</b>
Taxa de juros	93.303	58.261	1.830.212	6.464.911
Moeda	322.444	1.103.600	15.860.928	18.814.681
Outros	290.078	1.121.045	14.841.966	10.063.736
Ajustes prudenciais <sup>1</sup>	(17.711)	-	-	-
<b>Operações com opções</b>	<b>1.296.295</b>	<b>1.234.363</b>	<b>23.999.750</b>	<b>13.552.387</b>
<b>Compra de opção:</b>	<b>1.296.295</b>	-	<b>12.166.194</b>	<b>6.770.809</b>
Compra de dólar	1.216.690	-	7.489.283	3.815.500
Compra de índice de ação	35.820	-	748.493	155.822
Compra de ação	17.382	-	338.299	254.852
Venda de dólar	23.056	-	3.393.259	2.158.661
Venda de índice de ação	4.037	-	146.130	122.443
Venda de ação	1.799	-	50.730	263.531
Ajustes prudenciais <sup>1</sup>	(2.489)	-	-	-
<b>Venda de opção:</b>	-	<b>1.234.363</b>	<b>11.833.556</b>	<b>6.781.578</b>
Compra de dólar	-	1.118.495	6.201.678	3.786.629
Compra de índice de ação	-	45.826	736.121	158.714
Compra de ação	-	16.663	242.815	227.772
Venda de dólar	-	50.498	4.579.162	2.186.606
Venda de índice de ação	-	256	4.190	173.418
Venda de ação	-	2.625	69.590	248.439
<b>Operações com futuros</b>	<b>124.884</b>	<b>30.146</b>	<b>71.324.255</b>	<b>86.980.968</b>
<b>Posição comprada:</b>	<b>123.940</b>	<b>624</b>	<b>34.603.497</b>	<b>36.371.314</b>
Cupom cambial – DDI	49.302	-	9.762.416	7.535.138
DI de 1 dia	17.602	46	16.977.709	25.871.206
Moedas	56.538	-	6.321.627	2.338.840
Cupom IPCA	498	578	1.541.745	626.130
<b>Posição vendida</b>	<b>944</b>	<b>29.522</b>	<b>36.720.758</b>	<b>50.609.672</b>
Cupom cambial – DDI	-	5.594	1.545.448	2.383.326
DI de 1 dia	201	23.451	34.625.167	48.188.062
Moedas	720	193	39.927	38.284
Cupom IPCA	23	200	510.216	-
Índice	-	84	-	-
<b>Operações a termo</b>	<b>918.090</b>	<b>918.280</b>	<b>917.970</b>	<b>911.940</b>
Posição comprada - títulos	460.532	460.412	460.412	457.122
Posição vendida - títulos	457.558	457.868	457.558	454.818
<b>Outros derivativos</b>	<b>1.341.057</b>	<b>1.177.041</b>	<b>27.951.534</b>	<b>23.871.242</b>
Moedas	1.301.292	1.152.410	26.986.029	22.995.047
Commodities	1.504	1.488	54.386	-
Outros	39.353	23.143	911.119	876.195
Ajustes prudenciais <sup>1</sup>	(1.092)	-	-	-

1 Referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

#### (b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2018	Valor de mercado 2017


<

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**14. Imobilizado de uso:** "Imóveis de uso" estão representados por edificações, no valor de R\$ 43.298 (2017 – R\$ 43.148) e terrenos, no valor de R\$ 46.204 (2017 – R\$ 46.204). "Outras imobilizações de uso" estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 84.793 (2017 – R\$ 61.355), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 35.352 (2017 – R\$ 35.435).

**15. Ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2017 – R\$ 3.227) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2017 – R\$ 2.500).

**16. Depósitos e captações**
**(a) Depósitos**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total 2018	Total 2017
Depósitos à vista .....	224.648	-	-	-	224.648	128.806
Depósitos interfinanceiros .....	644.209	1.100.679	10.757	-	1.755.645	1.666.066
Depósitos a prazo .....	986.929	919.987	2.369.482	1.853.773	6.130.171	5.593.973
<b>Total .....</b>	<b>1.855.786</b>	<b>2.020.666</b>	<b>2.380.239</b>	<b>1.853.773</b>	<b>8.110.464</b>	<b>7.330.845</b>

**(b) Captações no mercado aberto**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2018	Total 2017
Operações compromissadas carteira própria .....	1.499.596	-	-	1.499.596	1.118.571
Operações compromissadas carteira de terceiros .....	5.182.565	-	-	5.182.565	5.158.788
Operações compromissadas carteira livre movimentação.....	645.457	-	-	645.457	98.989
Captativas COE.....	2.961	26.386	128.611	157.958	35.432
<b>Total .....</b>	<b>7.330.579</b>	<b>26.386</b>	<b>128.611</b>	<b>7.485.576</b>	<b>6.411.780</b>

**17. Obrigações por empréstimos no exterior:** São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 9.890.561 (2017 – R\$ 8.310.206) com vencimentos entre julho de 2018 e abril de 2019 e taxas de juros que variam de 1,1% até 2,56% ao ano. Em junho de 2017, as operações possuíam vencimento até fevereiro de 2018 e taxas de juros entre 0,474% e 1,06% ao ano. De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 30 de junho de 2018, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria uma redução líquida de R\$ 15.328 (2017 – aumento líquido de R\$ 1.957).

**18. Passivos contingentes e obrigações legais:** As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

**(a) Composição dos saldos patrimoniais**

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2018	2017	2018	2017
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais .....	638.335	787.039	394.635	393.942
Cíveis.....	21.656	21.596	104.433	121.426
Trabalhistas .....	13.246	19.813	40.199	40.653
<b>Total .....</b>	<b>673.237</b>	<b>828.448</b>	<b>539.267</b>	<b>556.021</b>

**(b) Movimentação dos saldos patrimoniais**

	Fiscais e Previdenciárias	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total 2018	Total 2017
<b>Saldo inicial.....</b>	<b>100.154</b>	<b>39.307</b>	<b>441.711</b>	<b>581.172</b>
Despesas financeiras – juros .....	4.279	1.189	5.649	11.117
Constituições .....	-	2.490	-	5.932
Anistia.....	-	-	(21.941)	(21.941)
Reversões.....	-	(768)	(919)	(1.687)
Pagamentos.....	-	(2.019)	(29.865)	(31.884)
<b>Saldo final .....</b>	<b>104.433</b>	<b>40.199</b>	<b>394.635</b>	<b>539.267</b>
<b>Total .....</b>	<b>673.237</b>	<b>828.448</b>	<b>539.267</b>	<b>556.021</b>

**(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais** - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado corresponde, em outubro de 2014, a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Ermendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro de 2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/2017. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. **(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes** - A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 115.179 (2017 – R\$ 172.812); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 50.615 (2017 – R\$ 117.174); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutilização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 881 (2017 – R\$ 851); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 39.559 (2017 – R\$ 34.052); e (v) outros casos que totalizam R\$ 7.403 (2017 – R\$ 9.441) **(e) Ações trabalhistas** - Referem-se a ações contra o Banco, patrocínadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 172.619 (2017 – R\$ 135.767). **(f) Ações civis** - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daí que o mercado vem vivendo e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos civis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o resarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no inicio de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 551 (2017 – R\$ 1.552).

**19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias .....	197.403	362.434
Contingências .....	46.994	51.491
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	9.302	8.783
Provisão para honorários advocatícios .....	5.576	5.095
Provisão para pagamentos a funcionários .....	37.105	35.964
Marcação a mercado – TVM e derivativos .....	35.136	206.200
Unidades de ações restritas – RSU .....	58.048	51.436
Outros .....	5.242	3.465
Prejuízos fiscais e base negativa .....	149.904	-
<b>Total de créditos tributários – ativo .....</b>	<b>347.307</b>	<b>362.434</b>
<b>Total de créditos tributários – passivo .....</b>	<b>-</b>	<b>(2.209)</b>

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 37.200 (2017 - R\$ 181.130) sobre diferenças temporárias e R\$ 149.904 sobre prejuízo fiscal da IRPJ e base negativa da CSLL, tendo sido realizado R\$ 233.313 (2017 - R\$ 81.321) sobre diferenças temporárias.

A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 347.307 é estimada em 60% no 1º ano, 9% nos 2º e 3º anos, 5% no 4º ano, 2% do 5º ao 7º ano, 3% nos 8º e 9º anos e 5% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 282.250 (2017 – R\$ 258.351). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social monta a R\$ 40.238 (2017 – R\$ 54.380). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros .....	220.122	174.436
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes .....	(99.055)	(78.496)
Resultado de participação em controladas .....	31.510	34.044
Despesas indutáveis líquidas de receitas não tributáveis .....	(2.893)	(1.260)
Compensação ativo fiscal diferido .....	-	50.224
Efeito CSLL (5%) .....	21.360	(22.259)

# J.P.Morgan

**Banco J.P. Morgan S.A.**  
**C.N.P.J. nº 33.172.537/0001-98**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

**Banco J.P. Morgan S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers  
Auditors Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 24 de agosto de 2018.

**Caio Fernandes Arantes**  
Contador CRC 1SP222767/O-3

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Conglomerado"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco J.P. Morgan S.A. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 30 de junho de 2018, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Conglomerado as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Conglomerado, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras,

o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Conglomerado, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentro outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 22 de agosto de 2018